

CLASSE, GÊNERO E FAMÍLIA: A QUESTÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

José Alcides F. Santos*

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo discutir, do ponto de vista da unidade de análise, as categorias de gênero, família e de classe, esmiuçando e discutindo algumas interpretações e correntes contemporâneas, já que as noções tornaram-se por demais heterogêneas e diversificadas na recente produção da literatura.

Palavras-chave: gênero, família, análise de classe.

A abordagem sociológica de conceituação e mensuração de classe social tem muito a contribuir no entendimento da configuração, da evolução e das conseqüências das divisões sócio-econômicas que permeiam a realidade nacional. A utilização de uma classificação sócio-econômica, baseada na perspectiva sociológica de classe social, implica na definição de uma unidade de análise. Indivíduo ou família? Esta escolha, aparentemente simples, envolve questões fundamentais concernentes à lógica explicativa subjacente à análise de classe, ao vincular-se ao entendimento dos mecanismos através dos quais a variável classe é explicativa (Wright, 1989: 37). O uso do indivíduo, como unidade de análise, regra geral se prende à consideração da importância do vínculo direto da pessoa no entendimento dos atributos associados à condição de classe. A visão da família como a unidade de referência destaca o fenômeno do compartilhamento de recursos, de chances de vida e de interesses. É

*Doutor em sociologia (IUPERJ), Profº do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF.

realçada a idéia de que as divisões de classe se dão entre as famílias e não tanto dentro das famílias. Esta alternativa coloca a questão de como a posição de classe da família deve ser determinada. Quando mais de um parceiro está engajado em um emprego remunerado fora de casa, a determinação da posição de classe da família pode receber um assinalamento unipessoal, em que a posição de classe de um membro define a posição do conjunto, ou uma solução multipessoal, em que se procura levar em conta a condição de classe de diferentes membros (Breen e Rottman, 1995: 165).

O INDIVÍDUO COMO UNIDADE DE ANÁLISE

O enfoque centrado no indivíduo concebe que todos aqueles que possuem uma relação direta com o mercado de trabalho devem ser alocados conforme essa posição ocupacional de classe, independentemente da sua posição dentro da família. Na sociedade capitalista, o contrato de trabalho se estabelece entre os indivíduos e os empregadores e a classe ocupacional depende do poder de mercado que uma ocupação pode comandar. O indivíduo deve ser a unidade de análise relevante na dimensão de mercado de trabalho da estratificação. Angela Dale propõe um modelo para construir uma classificação ocupacional que não faz suposições prévias sobre a natureza do trabalho e o gênero de quem o executa. A mulher trabalhadora é alocada conforme a sua ocupação individual no esquema de classe, considerando as condições de mercado típicas da ocupação. Entretanto, os autores reconhecem que a dimensão de classe dos estilos de vida, vinculados aos padrões de consumo de bens, serviços e propriedade, demandam uma mensuração no nível da família (Dale *et alii*, 1985). Na literatura sociológica contemporânea, a valorização da posição direta do indivíduo se associa particularmente com a questão do lugar da mulher na ordem de classes. A incorporação da relação da mulher com a estrutura de classe, segundo Stanworth, exige da análi-

se de classe uma focalização que considere a posição de classe direta da mulher. A retenção da família como unidade de análise bloqueia importantes questões acerca da distribuição das desigualdades dentro da família e das diferenças de experiências de classe entre maridos e esposas. A debilidade do enfoque convencional, que considera que a posição do chefe representa a condição de classe da família, vai além dos desafios colocados pela existência de famílias interclasses não tradicionais, em que a mulher possui ocupação superior à do homem. A posição de classe subordinada da mulher não é apenas o produto da vigência de normas sociais convencionais no nível da família, mas o resultado das desigualdades de poder e de recompensas moldadas pela dinâmica do sistema de classe. A condição de gênero está implicada na produção e reprodução do sistema de classes (Stanworth, 1984).

A VISÃO TRADICIONAL DA FAMÍLIA COMO UNIDADE DE ANÁLISE

Na visão tradicional, a família forma a unidade maior de recompensas e de destino de classe das pessoas e se articula com o sistema de estratificação social, essencialmente através da categoria ou classe ocupacional do seu "chefe". O fato de o chefe ser usualmente um homem é uma constatação empírica, explicada pela separação convencional dos papéis dos sexos dentro da família. Os chefes homens teriam, de forma predominante, uma posição diretamente determinada dentro da estrutura de classe, como um resultado da sua maior inserção e continuidade de participação no mercado de trabalho. Os demais membros da família, como as esposas, teriam sua posição de classe derivada do chefe da família. A participação da mulher no mercado de trabalho tem uma natureza restrita e condicional. A família é também provavelmente a unidade de definição da estratégia econômica dos seus integrantes dentro da estrutura de classe. Os próprios padrões de emprego da mulher casada parecem ser mais condicionados por classe do que determinantes de

classe. A família cria uma ampla área de interesses compartilhados e os seus membros possuem a mesma posição de classe. A condição de classe ainda persiste como a base da homogamia social (Goldthorpe, 1983). No âmbito da família se incorpora a experiência de afluência ou privação, de segurança ou insegurança econômica, que afeta o destino das pessoas. As divisões de classe continuam a se desenvolver entre as famílias e não dentro das famílias. Na família predomina o papel das relações de emprego do seu "chefe". A associação entre a posição objetiva e a identidade de classe é mais fraca entre a mulher do que entre o homem. Mulheres situadas em empregos "proletarizados", manuais e não manuais, casadas com profissionais ou gerentes, rejeitam uma identificação de "classe trabalhadora". O caráter unitário de classe da família poderia ser solapado apenas se novas formas de relação entre os sexos no mercado de trabalho e na família fossem desenvolvidas, mas as evidências não apontam nesse sentido (Erikson e Goldthorpe, 1992).

Goldthorpe questiona as classificações conjuntas, que levam em conta a situação do chefe e do cônjuge, entendendo que a alta instabilidade encontrada nas situações de emprego da mulher casada mina a sua utilidade. Observa que a maior fonte dessa instabilidade é o movimento de entrada e saída da mulher da força de trabalho (Goldthorpe, 1984: 494-496). A abordagem individual, por outro lado, pressupõe uma visão "centrada no trabalho" indevidamente restritiva. O enfoque puramente individual é acusado de gerar anomalias com muitas conseqüências indesejáveis. Por este critério, mulheres portadoras de localizações similares, mas casadas com homens situados em classes claramente diferenciadas, compartilhariam da mesma classe social (Breen e Rottman, 1995: 165). Na atualidade Goldthorpe tem admitido o enfoque de "ordem de dominância" elaborado por Erikson, que representa uma versão atenuada da visão convencional.

Situado em uma área de estudo diferente da aplicação das tipologias de classe, Collins desenvolve um enfoque singular que pode

ser situado no âmbito geral da visão tradicional do papel da mulher na unidade familiar. Analisa as diferenças nos padrões típicos pelos quais homens e mulheres participam no sistema vertical de classe e nas estruturas que produzem e fazem circular símbolos de *status*. Observa primeiramente que a maioria das mulheres que têm emprego remunerado são trabalhadoras de colarinho branco. Muitas estão em empregos de “linha de frente” dentro da estrutura organizacional, em que a mulher tende a ser a especialista na gerência da primeira impressão e no acesso de bastidores aos que dão as ordens. Este trabalho é desempenhado através de uma forte administração da exibição de *status* dentro do próprio emprego. Os empregos de trabalhadoras de colarinho branco das mulheres implicam em componentes culturais que lhes orientam mais em direção à hierarquia de *status* e sua emulação. O trabalho remunerado da mulher tende a estar concentrado nas atividades diversificadas do setor cultural. É a produção e o consumo de *status*, inclusive, que conecta a mulher com os planos mais altos do sistema de estratificação e dá-lhe virtualmente todo o seu sucesso autônomo. Mulheres vivem subjetivamente — e, em termos do seu sucesso, objetivamente também — muito mais no domínio de *status* que no de classe. A “posição de classe doméstica” da mulher é pesadamente sobrecarregada na produção de *status* (mais que na reprodução econômica) para a família. As atividades das esposas se dão primariamente no domínio da produção de *status*. Na sociedade atual, é largamente a mulher quem desempenha a tarefa weberiana de transformar classe em uma filiação a grupo de *status* (Collins, 1992).

Wright levanta críticas à visão convencional do papel da família e das relações de gênero na ordem da estratificação de classes. Argumenta que a associação de renda, no âmbito familiar não implica necessariamente no compartilhamento igual do consumo derivado dessa renda. Além disso, os interesses de classe não se limitam a interesses em renda. As diferenças nas classes de emprego remunerado podem gerar diferenças de interesses e nos processos de formação de classe. Essas diferenças

podem moldar as estratégias familiares e afetar o caráter de classe da unidade familiar. Além disso, em decorrência das altas taxas de divórcio nas sociedades capitalistas contemporâneas, o emprego da mulher representa a sua "classe encoberta", que se torna a posição direta em face da dissolução do casamento (Wright, 1989: 38-40).

A PERSPECTIVA DA ORDEM DE DOMINÂNCIA

O enfoque em questão considera que as condições compartilhadas e as relações de dependência fazem da família nuclear o elo vinculante básico com a estrutura de classes das sociedades industriais modernas. A sociedade de classe envolve todo mundo independentemente da participação na atividade de trabalho. A definição da posição de classe da família comportaria diversas escolhas. Pode-se buscar uma média das posições individuais dos seus integrantes ou fazer uma classificação baseada em *combinações* de posições de diferentes membros. Pode-se usar a posição do chefe como representativa do conjunto da unidade familiar. Erikson defende e testa empiricamente uma classificação das posições individuais em uma *ordem de dominância*, de sorte a representar a posição da família com base na do membro catalogado como o mais alto nesta ordem (Erikson, 1984: 502-503). Na atribuição da posição de classe da família são consideradas as posições de ambos os esposos. Presume-se que as ocupações mais elevadas em uma ordem de dominância influenciam comparativamente mais a situação de mercado da família. O fator sexo não se revela relevante na classificação da posição de classe da família. O critério de dominância acolhe a preocupação de gerar classes mais estáveis, sem recorrer imperiosamente à posição de trabalho do homem. A alta mobilidade encontrada entre as mulheres não afeta de modo importante a estabilidade da relação de classe baseada em uma ordem de dominância. As categorias ocupacionais da mulher com altas taxas de mobilidade tendem a estar abaixo na ordem de dominância. O

ordenamento hierárquico de categorias ocupacionais captura muito da variação das situações da família (Erikson, 1984: 511-512). Os indivíduos são ordenados em uma hierarquia de dominância em termos de participação na força de trabalho e situação de trabalho. O trabalhador com maior inserção sempre domina e nas famílias de dupla carreira domina o trabalhador com a condição sócioeconômica mais elevada (Szelényi, 1994: 579). Em termos operacionais, segundo o critério de tempo de trabalho, o emprego efetivo domina o não emprego e o emprego de tempo integral domina o de tempo parcial; já conforme o critério de posição de trabalho, as posições de elevada qualificação dominam as de qualificação inferior, as posições não manuais dominam as manuais e as posições de auto-emprego dominam as de empregado (Goldthorpe e Payne, 1986: 544).

Breen e Rottman registram a existência de desigualdades de posição dentro da família, assinalando que as chances de vida de um indivíduo particular são moldadas tanto pela posição de classe individual quanto pela posição de classe relacional no âmbito da família. Acreditam que, do ponto de vista empírico, a caracterização da classe da família pela abordagem de dominância seria mais proveitosa (Breen e Rottman, 1995: 164 e 170). Entretanto, importantes argumentos têm sido levantados contra o método de dominância. O método implica em introduzir uma dimensão hierárquica no esquema de classe, com uma clara ordem de dominância. Como estratégia de mensuração, uma medida simples de dominância da condição de classe da família leva à perda de informação sobre os seus distintos componentes. Por fim, o método reduziria artificialmente o tamanho da classe trabalhadora, já que o princípio de dominância é aplicado para cima (Duke e Edgell, 1987: 452).

CLASSIFICAÇÃO CONJUNTA E GRAUS DE HETEROGENEIDADE DE CLASSE

Heath e Britten defendem uma classificação de classe conjunta das posições dos chefes e dos cônjuges com o argumento de que os

empregos da mulher fazem uma diferença. A evidência empírica mostra que a mulher tem forte confinamento a tipos particulares de emprego. Distinguem-se três mercados de trabalho femininos: semi-profissional, administrativo e "proletário". Há diferenças reais nas situações de trabalho e de mercado da mulher em empregos administrativos e de comércio. A associação da mulher a perfis ocupacionais particulares faz com que o seu trabalho demonstre um poder explicativo independente, face à posição de classe do marido, em nível de comportamento de classe e familiar (Heath e Britten, 1984: 485-489). Este enfoque considera a existência de um efeito individual da posição do chefe da família, um efeito contextual da posição do cônjuge e um possível efeito de interação entre ambos. A demarcação do modelo conjunto em relação ao modelo convencional do chefe dominante depende da existência de efeitos contextuais nos dois sentidos: do chefe para o cônjuge e do cônjuge para o chefe. A presença e a força desses efeitos contextuais são, em última análise, uma questão empírica (Szelényi, 1994: 579 e 581).

A consideração dos efeitos contextuais pode tomar uma forma extrema que implica na desvinculação do conceito de classe da relação com o parentesco e a propriedade. A família conjugal deixa de ser vista como o contexto único que gera resultados de classe, pois os indivíduos estariam inseridos em uma rede complexa de comunidades sociais. Os efeitos de classe seriam gerados, tanto diretamente pela posição do ator quanto indiretamente pelos seus vínculos com o cônjuge, parentes, amigos e co-trabalhadores (Szelényi e Olvera, 1996: 728).

Graetz defende um refinamento maior da classificação conjunta que permita distinguir entre níveis ou graus de heterogeneidade de classe e superar a visão rígida de homogeneidade de classe na classificação de classe da família. O autor constrói uma matriz de heterogeneidade de classe em que as células, acima da diagonal principal são famílias interclasses (*cross-class*) tradicionais, enquanto aquelas abaixo são não tradicionais. A classificação geral de famílias heterogêneas em tipos tradicio-

nais e não tradicionais ainda segue os procedimentos padrões. Decisões separadas de classificação podem ser tomadas no tocante às diferentes frações de classe. Na análise das famílias inter-classes, pode-se considerar qualquer combinação heterogênea, seja de classe compatível, classe composta ou classe oposta (Graetz, 1991: 108-110).

Erikson e Goldthorpe criticam a pretensão do método de classificação conjunta de designar a condição de classe da família, usando as posições tanto do marido quanto da esposa. Esta solução faz com que os efeitos de ciclo de vida da família, associados em particular ao trabalho da mulher, criem sérias distorções, como a inflação artificial das taxas de mobilidade, em decorrência de qualquer movimento para dentro ou para fora da força de trabalho, usualmente vinculado à trajetória da esposa (Breen e Rottman, 1995: 166).

LOCALIZAÇÃO DE CLASSE DIRETA E MEDIATA

A composição de classe da família se torna um problema saliente na medida em que se entenda que o poder explicativo central de classe esteja vinculado aos modos como as posições de classe moldam os interesses materiais. Em uma visão de classe centrada restritamente no emprego, considerando que os empregos são ocupados pelos indivíduos, o problema da composição de classe da família se torna relativamente secundário. Erik Olin Wright acredita que o crescimento das famílias de composição de classe heterogênea, no capitalismo contemporâneo, exige um tratamento pelos esquemas de classe. De modo particular, considera, como aspecto crítico do fenômeno das famílias inter-classes, a probabilidade maior de mulheres de classe trabalhadora, em comparação aos homens, terem esposos em localizações de classe privilegiadas ou exploradoras. As relações sociais dentro da família, ao viabilizarem o acesso aos recursos materiais controlados pela unidade familiar, com implicações em termos de bem-estar material, constituem uma fonte crucial de

“relações mediatas de classe”. As relações de gênero entre maridos e esposas representam as bases reais condicionantes das suas respectivas localizações de classe mediatas. Concebe-se que as pessoas vinculam-se à estrutura de classe não apenas através da sua posição individual dentro da divisão do trabalho. Certo tipo de combinação ponderada de localizações diretas e mediatas definiria os “interesses de classe” de conjunto dos indivíduos. Pode-se pensar na existência de combinações contraditórias de localizações diretas e mediatas. A localização de classe de maridos e esposas deveria ser tratada como uma função da localização de classe direta e da localização mediata de ambos. A problemática do papel da mulher na estrutura de classe diz respeito à identificação dos processos causais que moldam a saliência relativa das relações de classe diretas e mediatas na determinação dos seus interesses de classe. A noção de relações de classe mediatas representa um passo para dissolver o dualismo classe-gênero. As relações de gênero, no âmbito da família, são constitutivas das relações de classe mediatas. A noção permite conceituar as relações entre classe e gênero sem tratar as duas dimensões como estruturas inteiramente separadas ou dissolver a própria distinção. Um estudo da identidade de classe conduzido pelo próprio Wright revela que as predições do “modelo convencional” são razoavelmente acuradas para os Estados Unidos, mas não para a Suécia. Esta diferença é atribuída à importância que as experiências no local de trabalho jogam na constituição da condição de classe na sociedade sueca (Wright, 1989 e 1997: 249-280). Entretanto, um estudo comparativo mais abrangente de quatro países, baseado no esquema de classe de Wright, que inclusive reinterpreta os dados relativos à Suécia, mostra que a posição de classe do marido é o determinante principal da identidade subjetiva de classe da mulher. As variações nacionais entre os Estados Unidos, a Suécia, a Noruega e a Austrália, nos níveis de independência econômica da mulher, apoio estatal ao emprego da mulher e estrutura da unidade doméstica não afetam a relação constatada. Além disso, não há varia-

ções no efeito da posição dominante masculina em decorrência da localização de classe da mulher, horas trabalhadas, educação e renda. Entretanto, a localização de classe sozinha não produz uma explicação suficiente da identificação de classe, o que significa que outras características tanto do homem quanto da mulher, particularmente a educação, devem ser consideradas em um entendimento mais pleno da identidade subjetiva de classe (Baxter, 1994).

NÍVEIS MÚLTIPLOS DE ANÁLISE E ESCOPO DA INVESTIGAÇÃO

Garnsey questiona a tentativa de identificar uma unidade única e exclusiva para a análise de classe. Defende a idéia de trabalhar com diferentes bases a depender do propósito da investigação. A família pode ser a unidade de consumo e de propriedade comum, mas os seus membros se engajam como indivíduos no sistema de produção econômica. Na articulação dos atributos ocupacionais, associados aos indivíduos, com os atributos de famílias, devem-se considerar os efeitos de fatores demográficos como a estrutura etária, o casamento, o divórcio e as taxas de atividade econômica, pois estes fatores desafiam o pressuposto do modelo convencional de que o chefe masculino do lar determina a posição de classe da unidade familiar. As conseqüências das situações dessemelhantes de trabalho e mercado do homem e da mulher, em particular a importância dos rendimentos da mulher e a sua exposição aos ambientes de trabalho, devem informar as estratégias analíticas (Garnsey, 1982: 428-433).

Zipp e Plutzer acompanham Marshall e Sørensen na defesa de múltiplos níveis de análise na pesquisa de classe. Em Marshall, tanto o local de trabalho quanto a família são contextos apropriados para a influência da dimensão de classe. Para Sørensen, a análise em nível do indivíduo deve ser escolhida caso o foco de investigação esteja no mapeamento da estrutura de classe ou na questão das oportunidades diferenciadas no

mercado de trabalho. No tocante à investigação das chances de vida, cabe à família receber a condição de unidade de análise (Zipp e Plutzer, 1996: 248-249).

No tocante à problemática da unidade de análise, Marshall considera mais adequado o estudo de classe ser conduzido em diferentes níveis de análise. Classes dizem respeito à condição de *indivíduos em famílias*. Deve-se levar em conta tanto os condicionamentos de gênero em termos de reprodução de posições dentro da estrutura de classe quanto o papel das unidades conjugais na determinação das chances de vida. Em termos práticos, a estratégia escolhida na investigação sobre classe social na Inglaterra optou por colocar os entrevistados no esquema de classe com base nas suas próprias ocupações (Marshall *et alii*, 1993: 85-86). Em período recente, no entanto, Marshall tem se aproximado da visão convencional na defesa do poder explicativo da "hipótese assimétrica", ou seja, da idéia de que a posição de classe do chefe de família, usualmente o homem, determina a condição do lar ou família nas sociedades industriais modernas. Apóia-se nos resultados de três levantamentos de dados de larga escala para demonstrar que os sistemas de valores e atributos sócio-políticos de classe da mulher são condicionados largamente dentro do contexto familiar dado pela classe de emprego do marido, independente do seu antecedente de classe. A força da "hipótese assimétrica" independeria do *status* do emprego, ou seja, perpassaria a condição de todas as mulheres (Roberts e Marshall, 1995).

Scott alerta que, através da formação do lar, os indivíduos compartilham de experiências de vida e as suas chances de vida se tornam interdependentes. A demografia do lar envolve o curso de vida e os processos sociais seqüenciais. O casamento, o divórcio e a morte podem produzir estruturas seriais complexas de fissão e fusão nos lares. O lar raramente existe como uma unidade isolada dos outros lares e não deve ser visto como uma unidade harmônica e normativamente integrada.

Dentro do lar, os indivíduos ocupam diferentes situações de poder e as trajetórias individuais de carreira se interceptam e moldam as chances de vida do conjunto. A questão da unidade apropriada de análise nos estudos de estratificação pode ser elucidada com o reconhecimento da distinção weberiana entre as situações de classe e as classes sociais. A "situação de classe" corresponde à localização econômica face à propriedade e às relações de mercado, enquanto que a "classe social" propriamente dita envolve a existência de agrupamentos (*clusters*) de situações econômicas de classe demograficamente definidas, entre as quais a mobilidade é "fácil e típica". Os indivíduos devem ser a unidade de análise das situações de classe mas a análise dos estratos sociais gerados pelas relações demográficas em que estão envolvidos, deve ser conduzida no plano do lar. As classes sociais são coletividades com um grau de coesão e solidariedade e nascem das relações demográficas entre os indivíduos. As relações demográficas são as relações que resultam do movimento de circulação das pessoas através do casamento, da formação do lar, da interação interpessoal no interior da família, da mobilidade social e da migração (Scott, 1994 e Scott, 1996: 204-217).

Dex advoga o uso de indicadores múltiplos, incorporando a localização, a influência e as circunstâncias de diferentes membros da família, para melhor retratar a unidade familiar. O recurso a múltiplos indicadores permitiria variar o número de categorias empregadas de modo a acomodar os níveis de informação disponível (Duke e Edgell, 1987: 452-453). Este enfoque parece presumir que cada diferente combinação de ocupações dentro da família dá origem a diferentes posições de classe para a família.

Pesquisadores como Goldthorpe, em uma atitude autocrítica, passaram a definir a posição de classe da família a partir da ocupação "dominante". Segundo Crompton esta mudança de estratégia apenas desvia a atenção das limitações mais sérias desta abordagem, particularmente em relação à questão da mulher. Na investigação empírica, o

correto seria tratar a escolha da unidade de análise como uma questão dependente do escopo da investigação (Crompton, 1994: 94-97). Crompton e Mann, no novo prefácio ao livro *Gender and Stratification*, realçam que o papel do lar ou família não deve ser visto como um fator constante na estratificação. A família pode tender a reforçar o privilégio, em se tratando dos níveis mais elevados da hierarquia de estratificação, assim como pode reforçar a pobreza, nos níveis mais baixos. A desintegração da família, por seu turno, afeta desigualmente os gêneros, com a mulher sofrendo maiores conseqüências negativas. Na sociedade atual, o gênero está se tornando uma característica mais significativa da estratificação e de diferenciação interclasse da família. Ganha pertinência a hipótese da emergência de um modelo "modificado do chefe dominante". Questões relativas à subsistência material, exploração, etc, devem ser discutidas mais no contexto da experiência de conjunto da família, não tanto no contexto do emprego individual do chefe, usualmente o homem, considerando as relações de emprego do homem, da mulher e dos filhos jovens, além das suas correspondentes prerrogativas de provisões sociais, vinculadas ao Estado (Crompton e Mann, 1994: xiii-xx).

SOLUÇÕES E QUESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO

No Quadro 1, é apresentada uma representação sintética das soluções dadas na pesquisa de estratificação de classe à definição da unidade de análise. Realizada uma exposição analítica das principais abordagens, cabe trazer a questão para o terreno da investigação empírica das desigualdades de classe no Brasil. A solução implementada no livro *Estrutura de posições de classe no Brasil*, serve como um exemplo das soluções possíveis, dadas as limitações das bases de dados nacionais, e das questões que estão a exigir uma adequada clarificação (Figueiredo Santos, 2002).

Quadro 1. Critérios conceituais e metodológicos na escolha da unidade de análise

Elemento conceitual <i>Qual a unidade apropriada da análise de classe?</i>	Elemento metodológico <i>Qual a estratégia de mensuração da classe da família?</i>
indivíduo (Stanworth, Dale) lar ou família (diversos) escopo da investigação (Garnsey, Marshall, Crompton)	chefe da família (Goldthorpe) ordem de dominância (Erikson) classificação conjunta (Heath e Britten, Graetz) localização direta e mediata (Wright) indicadores múltiplos (Dex)

O tratamento escolhido neste livro, de caráter flexível, buscou conjugar e alternar indivíduos e famílias a depender do contexto da análise e das limitações operacionais da base de dados utilizada. No mapeamento descritivo e analítico da estrutura de posições e segmentos de classe, os dois critérios são conjugados, mas com uma prioridade na focalização do indivíduo quando forem consideradas as articulações com os fatores gênero, cor, setor econômico e região geográfica. A distribuição particularmente da variável gênero é bastante sensível à unidade de análise.

Na análise das transformações temporais, o critério de assinalamento da posição de classe confronta a condição do conjunto dos membros e da pessoa de referência da família. Ao se proceder à decomposição dos fatores de mudança, a situação da pessoa de referência é utilizada como indicador da posição de classe da família. Os critérios foram mais ou menos valorizados a depender do contexto da análise e das características dos dados disponíveis. Ainda assim, em cada contexto, a opção não pode ser aplicada de forma linear ou excludente, pois a compreensão das mudanças, no mesmo contexto pode eventualmente exigir a conjugação de ambos os critérios.

Regra geral: na análise dos efeitos das posições de classe na renda, foram conjugados os dois critérios, sendo que, no estudo dos efeitos

interativos sobre a renda entre a posição de classe e a educação, os indivíduos foram priorizados. O controle estatístico dos atributos desigualmente distribuídos entre as pessoas de referência da família e o conjunto dos seus membros neutraliza a interferência da unidade de análise na cobertura dos processos de segregação de gênero e cor.

A questão mais polêmica fica por conta da consideração da posição da pessoa de referência da família como indicador ou *proxy* da posição de classe do conjunto da família. Um estudo dos padrões e das tendências da mobilidade social no Brasil, desenvolvido na ótica da análise de classe, fornece respaldo empírico à idéia de que a posição da pessoa de referência da família representa um indicador válido da posição de classe do conjunto da família no país. O trabalho demonstra que, nas condições concretas da realidade nacional, “não se pode refutar a hipótese de que a posição de classe das mulheres casadas pode ser derivada da posição de classe de seus maridos” (Scalon, 1999: 159). A investigação empírica revela que no Brasil as desigualdades de gênero não interferem nos padrões de associação intrínsecos entre a origem e o destino de classe. A estrutura de classe ultrapassa e se sobrepõe às diferenças de gênero, fazendo com que os regimes de mobilidade social sejam semelhantes para homens e mulheres. Entretanto, uma escolha mais fundamentada demandaria uma análise específica da composição de classe da família no Brasil e dos efeitos contextuais, presentes notadamente na relação entre a pessoa de referência e o cônjuge, o que estava fora do alcance da investigação então realizada.

A estratégia analítica na análise de classe deve atentar para implicações teórico-metodológicas subjacentes à escolha entre as alternativas de unidade de análise. O livro *Estrutura de posições de classe no Brasil* alertou para a importância de clarificar a questão da composição de classe da família e das relações de classe *mediatas* entre os seus membros. Uma adequada compreensão da direção e da força dos efeitos contextuais e interativos, nas relações de classe, gênero e parentesco entre os mem-

bros da família, deve ser uma preocupação presente na análise das regularidades sociais objetivas e subjetivas baseadas em classe.

SUMMARY

This article has the objective of discussing, from the analysis unit point of view, the categories of gender, family and class, scrutinizing and discussing some interpretations and contemporary currents, since these notions became much too heterogeneous and diversified in the recent literature production.

Key words: gender, family, class analysis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAXTER, Janeen. (1994), Is husband's class enough? Class location and class identity in the United States, Sweden, Norway and Australia. *American Sociological Review*, 59: 220-235.

BREEN, Richard e ROTTMAN, David. (1995), *Class stratification: a comparative perspective*. London: Harvester Wheatsheaf.

COLLINS, Randall. (1992) Women and the production of status cultures. In: LAMONT, Michèle e FOURNIER, Marcel (eds), *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: The University Chicago Press.

CROMPTON, Rosemary. (1994), *Class and stratification: an introduction to current debates*. Cambridge: Polity.

CROMPTON, Rosemary e MANN, Michael (eds). (1994), *Gender and Stratification*. Reprinted with a new introduction. London: Polity.

DALE, Angela et alii. (1985), Integrating women into class theory. *Sociology*, 19 (3): 384-409.

DUKE, Vic e EDGELL, Stephen. (1987), The operationalisation of class in british sociology: theoretical and empirical considerations. *The British Journal of Sociology*, 38 (4): 445-63.

ERIKSON, Robert. (1984), Social class of men, women and families. *Sociology*, 18 (4): 500-514.

ERIKSON, Robert e GOLDTHORPE, John. (1992), Individual or family? Results from two approaches to class assignment. *Acta Sociologica*, 35 (2): 95-105.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2002. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ.

GARNSEY, Elizabeth. (1982), Women's work and theories of class and stratification. In: GIDDENS, Anthony and HELD, David (eds) *Classes, Power and Conflict*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

GOLDTHORPE, John. (1983), Women and class analysis: in defense of the conventional view. *Sociology*, 17 (4): 465-488.

GOLDTHORPE, John. (1984), Women and class analysis: a reply to the replies. *Sociology*, 18 (4): 491-499.

GOLDTHORPE, John e PAYNE, Clive. (1986), On the class mobility of women: results from different approaches to the analysis of recent British data. *Sociology*, 20 (4): 531-55.

GRAETZ, Brian. (1991), The class location of families: a refined classification and analysis. *Sociology*, 25 (1): 101-118.

HEATH, Anthony e BRITTEN, Nicky. (1984), Women's jobs make a difference: a reply to Goldthorpe. *Sociology*, 18 (4): 475-89.

MARSHALL, Gordon *et alii*. (1993), *Social class in modern Britain*. London: Routledge.

ROBERTS, Stephen e MARSHALL, Gordon. (1995), Intergenerational class processes and the asymmetry hypothesis. *Sociology*, 29 (1): 43-58

SCALON, Maria Celi (1999), *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ.

SCOTT, John. (1994), Class analysis: back to the future. *Sociology*, 28 (4): 933-942.

SCOTT, John. (1996), *Stratification and power: structures of class, status and command*. Cambridge: Polity.

STANWORTH, Michelle. (1984), Women and class analyses: a reply to John Goldthorpe. *Sociology*, 18 (2): 159-170.

SZELÉNYI, Szonja (1994), Women and the class structure. In: GRUSKY, David B. (ed) (1994), *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Oxford, Westview Press.

SZELÉNYI, Szonja e OLVERA, Jacqueline. (1996), The declining significance of class: does gender complicate the story? *Theory and Society*, 25 (5): 725-30.

WRIGHT, Erik. (1989), Women in class structure. *Politics & Society*, 17 (1): 35-66.

WRIGHT, Erik. (1997), *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZIPP, John e PLUTZER, Eric (1996), Wives and husbands: social class, gender, and class identification in the U.S. *Sociology*, 30 (2), 235-252.